

Transição climática no Brasil: transparência, disclosure e a gestão do risco climático¹

Luan Santos²
Linda Murasawa³

Nas últimas décadas, o Brasil tem se posicionado como um ator relevante nas discussões globais sobre mudanças climáticas. Detentor de uma vasta biodiversidade, recursos naturais abundantes e uma das maiores florestas tropicais do mundo, o país desempenha um papel crucial na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, a transição climática no Brasil não ocorre de forma isolada. Ela é influenciada por pressões externas, como regulações internacionais, e pela necessidade de evoluir em questões internas, como o desenvolvimento de regulações mais robustas e mecanismos de transparência, que promovam uma transição justa, sustentável e inclusiva.

À medida que o mundo caminha para uma economia de baixo carbono, a pressão para que países em desenvolvimento, como o Brasil, alinhem suas políticas climáticas e ambientais às demandas globais tem se intensificado. Nesse cenário, a recente New York Climate Week, realizada no final de setembro deste ano (2024), e as expectativas para a COP 29, que será realizada em novembro em Baku, no Azerbaijão, jogam luz sobre temas críticos que afetam diretamente a forma como o Brasil aborda sua transição climática.

Dentre os temas, destacamos a crescente pressão por transparência na ação climática, impulsionada pelo Acordo de Paris e por compromissos voluntários das empresas, que reforça a necessidade de evoluir o disclosure climático. **As metas globais de descarbonização exigem que as empresas divulguem, de forma clara e padronizada, seus riscos climáticos, emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estratégias de mitigação.**

Destacamos que o aprimoramento do disclosure climático não é apenas uma questão técnica, mas também estratégica para assegurar competitividade em um mercado global cada vez mais regulado por metas climáticas. Nesse sentido, é fundamental a necessidade do **planejamento estratégico** levar em consideração quais são os **possíveis cenários** que enfrentaremos daqui para frente, de modo a nos anteciparmos, obtermos resiliência e nos prevenimos de eventos futuros que possam trazer altos custos

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/transicao-climatica-no-brasil-transparencia-disclosure-e-a-gestao-do-risco-climatico.ghml> Acessado em 28.10.2024

² Coordenador do grupo finanças e investimentos sustentáveis (gFIS) da UFRJ e coordenador de pesquisas do Climate Finance Hub Brasil.

³ Sócia Diretora da Fractal Assessoria e Desenvolvimento de Negócios e Líder de Engajamento do Setor Financeiro do Climate Finance Hub Brasil

de recuperação se nada for feito.

Sabemos que a clareza na divulgação das ações climáticas permite às empresas atrair investimentos responsáveis, evitar riscos legais e alinhar suas operações com as expectativas globais de sustentabilidade. A criação de um arcabouço regulatório claro e a adoção de metodologias robustas e consistentes são essenciais para garantir que as empresas brasileiras estejam preparadas para uma economia global focada na descarbonização.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por exemplo, lançou a Resolução CVM 193, em 2023, que trata da elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Entretanto, destacamos que **apenas disclosure não é suficiente para garantir a transição climática necessária.**

Para atender a todas essas demandas, é essencial que as empresas adotem metodologias robustas e padronizadas para avaliar sua transição climática. Diversas são as iniciativas existentes, como o Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e Science-Based Targets (SBTi), que oferecem diretrizes sobre como as empresas podem monitorar e relatar seu desempenho em relação às metas de descarbonização. **Porém, é necessário avançarmos do disclosure para a avaliação da transição climática.**

Nesse sentido, destacamos aqui a TransitionArc, uma iniciativa que busca reunir as melhores análises climáticas corporativas disponíveis em um só lugar, facilitando a vida dos tomadores de decisão, que não precisam mais lidar com diferentes estruturas de avaliação, múltiplas agências de classificação e métricas conflitantes.

Reforçamos que o aprofundamento do disclosure climático, passando pela geração de dados e informações úteis à tomada de decisão e à formulação de política pública, é crucial para o setor financeiro, pois permite a avaliação mais precisa dos riscos e oportunidades associados à transição para uma economia de baixo carbono, assegurando decisões de investimento mais informadas e alinhadas às metas globais de sustentabilidade. É exatamente neste contexto que surge o Climate Finance Hub Brasil, que possui como um de seus objetivos avaliar o grau de maturidade da transição climática de empresas que atuam no país, visando a apoiar as decisões financeiras que consideram os diferentes níveis de riscos climáticos. Assim, busca-se mitigar potenciais perdas, adaptar os portfólios às mudanças regulatórias e climáticas, e identificar oportunidades de investimento sustentável em um cenário de transição para uma economia de baixo carbono no país.